



*Financiado Pelo Fundo
Florestal Permanente*

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

2008_2012

VOLUME I – PLANO DE ACÇÃO



“Carvalho de Calvos” – Árvore de Interesse Público/Calvos – Póvoa de Lanhoso

**COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA
FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS**

OUTUBRO 2007

VOLUME I - CADERNO I

PLANO DE ACÇÃO

NOTA PRÉVIA

O presente Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios do Concelho de Póvoa de Lanhoso reúne acções necessárias de prevenção, além da previsão e programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios florestais.

Este trabalho permite fazer um diagnóstico global e abrangente da floresta do município para, de forma integrada, atingir os objectivos propostos pela CMDFCI. No entanto, dada a importância que este documento representa para o sector florestal concelhio, o volume da informação a recolher e analisar, a dispersão, desactualização/inexistência de informação cartográfica de base, condicionou a definição correcta de alguns dos parâmetros considerados na Portaria 1139/2006 de 25 de Outubro. Esse facto será colmatado ao longo das suas actualizações, assim como a sua adequação crescente ao guia técnico para a elaboração do PMDFCI publicado pela DGRF em Agosto de 2007.

1. ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

A floresta é um património essencial ao desenvolvimento sustentável de um país. No entanto, em Portugal, onde os espaços florestais constituem dois terços do território continental, tem-se assistido, nas últimas décadas a uma perda de rentabilidade e competitividade da floresta portuguesa (Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho).

Inequivocamente, os incêndios florestais destacam-se como o factor com efeitos mais nefastos e destruidores dos espaços florestais, tendo como característica muito específica a afectação de todos os sectores de actividade (não só do sector primário), assim como as implicações que representa na segurança das populações e dos seus bens, ultrapassando largamente a destruição apenas de bens florestais. Este enquadramento terá que ser considerado na adopção das estratégias a tomar, numa primeira fase ao nível concelhio, em sede de Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI) e numa segunda fase ao um nível territorial mais alargado (intermunicipal/distrital).

A protecção dos espaços florestais terá que obrigatoriamente passar pela gestão e ordenamento do território a todas as escalas no sentido de, por um lado evitar possíveis conflitos de utilização e por outro permitir, em segurança, o desenvolvimento das actividades.

A Lei n.º 14/2004, de 08 de Maio cria as Comissões de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI). Estas estruturas de decisão traduzem-se em centros de coordenação e acção local de âmbito municipal, a funcionar sob a coordenação do Presidente da Câmara Municipal ou na delegação da sua representação, no qual têm assento as todas as entidades envolvidas na temática dos incêndios florestais, permitindo a coordenação a nível local das acções de defesa da floresta contra incêndios e promovendo a sua execução.

Para tal, existe um protocolo de colaboração entre a DGRF e a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso com vista à criação e funcionamento do Gabinete Técnico Florestal para apoio da CMDFCI da Póvoa de Lanhoso.

A CMDFCI elabora o PMDFCI, em consonância com o PNDFCI, de forma a articular as formas de actuação das diferentes entidades inseridas na problemática dos incêndios

florestais, com o objectivo de mitigar os efeitos dos incêndios, tendo sempre como base a realidade concelhia e a sua adequação aos espaços, actividades e sinergias próprias do território concelhio e regional. A estratégia a delimitar terá que forçosamente mobilizar os proprietários e/ou produtores florestais e os agentes do desenvolvimento rural englobando a participação activa de toda a população. Esta ferramenta de planeamento florestal deverá acompanhar a evolução dinâmica dos espaços naturais, sendo a sua actualização anual num horizonte temporal de 5 anos.

A portaria n.º 1139/2006, de 25 de Outubro, estabeleceu a estrutura tipo dos planos de defesa da floresta contra incêndios.

Globalmente e ao nível nacional, o presente PMDFCI tem como orientação as directrizes emanadas no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios e na Estratégia Nacional para as Florestas.

Ao nível regional, o PMDFCI terá como directrizes o Plano Regional de Ordenamento do Território, Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Baixo Minho publicado em Novembro de 2006, assim como o Plano Director Municipal do Concelho de Póvoa de Lanhoso (em fase de revisão). Considera-se ainda fundamental operacionalizar as normas contidas no Plano Nacional de Desenvolvimento Rural no sentido de otimizar as funções dominantes desempenhadas pela floresta no concelho da Póvoa de Lanhoso, fomentando a implementação crescente de Planos de Gestão Florestal (PGF's), criação de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF's), Planos de Utilização de Baldios (PUB'S) e Agrupamentos de Proprietários.

Em termos de classificação emanada no PROF do Baixo Minho o concelho da Póvoa de Lanhoso é integrado em duas sub-regiões homogéneas, que dividem o território em duas situações distintas: **Floresta Inserida em Espaço Agrícola e Social** que se caracteriza pela forte presença humana e **Espaços Florestais de Montanha** caracterizada por maiores taxas de ocupação florestal, factor obrigatório a ter em conta na preconização das acções.

No sentido de minimizar os efeitos dos incêndios nas áreas afectadas serão seguidas as Orientações Estratégicas para a Recuperação de Áreas Ardidas em 2003 e 2004 definidas pelo Conselho Nacional de Reflorestação.

Na elaboração do presente PMDFCI da Póvoa de Lanhoso procurou-se ter em consideração as características urbanas, peri-urbanas e rurais do concelho assim como as características e funções desempenhadas pelos espaços florestais, não esquecendo que mais de metade do território concelhio é ocupado por áreas florestais, sendo clara a função que poderá desempenhar no desenvolvimento do concelho da Póvoa de Lanhoso, mas que contudo se encontra substancialmente sub-aproveitado. Aliás, e sendo os espaços rurais/florestais um eixo fundamental no desenvolvimento e atractibilidade turística do concelho, são as freguesias marcadamente mais florestais/rurais que apresentam um desenvolvimento socioeconómico menos significativo, correspondendo à disparidade que é observada no restante território nacional.

Resulta assim que este quadro de desenvolvimento deverá fundamentar a maioria dos projectos a implementar no concelho, nomeadamente os direccionados para o Quadro Comunitário de Apoio (QCA III).

2. Análise do risco, da vulnerabilidade aos incêndios e da zonagem do território

2.1 Carta dos combustíveis florestais

Ao elaborar a Carta dos Combustíveis Florestais para o concelho da Póvoa de Lanhoso, o objectivo principal foi a obtenção de uma caracterização das estruturas de vegetação existentes no concelho, no sentido de analisar os comportamentos dos diferentes combustíveis perante um incêndio florestal. Este tipo de análise é fundamental no delineamento de todo o sistema de DFCI a preconizar para o concelho, já que fornece dados e informação primordial na utilização de modelos de simulação do comportamento do fogo. Esta informação é primordial no terreno, em duas situações distintas: em caso de incêndio é uma ferramenta de apoio importante para prever o comportamento do fogo e planear a forma e meios de combate considerando o tipo de combustível existente, por outro lado, auxilia no apoio à localização de áreas prioritárias de silvicultura preventiva no âmbito da DFCI.

A elaboração da carta de combustíveis florestais seguiu a metodologia indicada no Guia Metodológico para a elaboração do PMDFCI emitido pela DGRF, sendo utilizada a classificação e cartografia das estruturas de vegetação criadas pela NORTHERN FOREST FIRE LABORATORY (NFFL), adaptada pelo ICONA, pelo projecto Geofogo/CNIG para a Península Ibérica e utilizada no 5.º Inventário Florestal Nacional, seguindo a tabela com a descrição de cada modelo adaptada com a orientação da aplicabilidade ao território continental.

Como base cartográfica de validação e trabalho de campo foram utilizados os Ortofotomapas do concelho de 2004 com os polígonos da carta de ocupação florestal, previamente delimitados em gabinete.

Analisando a informação obtida e apresentada na Carta 1 – Anexo I destacam-se dois modelos de combustível, designadamente:

- Modelo de **COMBUSTÍVEL 5**, pertencente ao **Grupo Arbustivo**, o que se traduz na presença de mato denso mas baixo, com uma altura inferior a 0,6 metros. Apresenta cargas ligeiras de folhada do mesmo mato, que contribui para a propagação do fogo em situações de ventos fracos. Fogos de intensidade moderada.

Em termos práticos, este resultado vem traduzir o que se observa empiricamente no terreno, ou seja, a escassa e até mesmo total inexistência de intervenção nos espaços florestais encontrando-se maioritariamente sujeitos ao abandono e sem qualquer tipo de aplicação de instrumentos de gestão florestal, acumulando ao longo do tempo grandes quantidades de combustível que facilitam a propagação do fogo e potenciam a dimensão dos incêndios e que, de forma cíclica, vão sendo percorridos pelo fogo.

- Modelo de **COMBUSTÍVEL 9**, pertencente ao **Grupo Manta Morta**, que se caracteriza pela presença de folhada em bosque denso de coníferas ou folhosas, formando uma camada pouco compacta e arejada. É formada por agulhas largas como no caso do *Pinus pinaster* (Pinheiro-bravo), ou por folhas grandes e frizadas como as de *Quercus pyrenaica* (Carvalho negro), *Castanea sativa* (Castanheiro), etc. Os fogos são rápidos e as chamas compridas.

Com menor representatividade surgem igualmente os seguintes modelos de combustível, distribuídos pelos grupos: arbustivo, manta morta e resíduos florestais.

Grupo Arbustivo

Modelo de Combustível 4 – Matos ou árvores jovens muito densos, com cerca de 2 metros de altura. Continuidade horizontal e vertical do combustível. Abundância de combustível lenhoso morto (ramos) sobre plantas vivas. O fogo propaga-se rapidamente sobre as copas dos matos com grande intensidade e com chamas grandes. A humidade dos combustíveis vivos tem grande influência no comportamento do fogo.

Modelo de Combustível 6 – Mato mais velho do que no modelo 5, com alturas compreendidas entre os 0,6 e os 2 metros de altura. Os combustíveis vivos são mais escassos e dispersos. No conjunto é mais inflamável do que no modelo 5. O fogo propaga-se através do mato com ventos moderados a fortes.

Manta Morta

Modelo de Combustível 8 – Folhada em bosque denso de coníferas ou folhosas (sem mato). A folhada forma uma copa compacta ao estar formada de agulhas pequenas (5 cm ou menos) ou por folhas pequenas não muito grandes. Os fogos são de fraca intensidade, com chamas curtas e que avançam lentamente. Apenas condições

meteorológicas desfavoráveis (temperaturas altas, humidade relativa baixa e ventos fortes) podem tornar este modelo perigoso.

Resíduos Lenhosos

Modelo de Combustível 11 – Resíduos ligeiros ($\varnothing < 7,5$ cm) recentes, de tratamentos silvícolas ou de aproveitamentos, formando uma capa pouco compacta de escassa altura (por volta de 30 cm). A folhada e o mato existentes ajudarão à propagação do fogo. Os incêndios têm intensidades elevadas e podem originar fagulhas incandescentes.

Modelo de Combustível 12 – Resíduos de exploração mais pesados do que no modelo 11, formando uma capa contínua de maior altura (até 60 cm). Mais de metade das folhas estão ainda presas aos ramos sem terem secado completamente. Não existem combustíveis vivos que influenciem o fogo. Os incêndios têm intensidades elevadas e podem originar fagulhas incandescentes.

2.2 Cartografia de Risco

A cartografia de risco de incêndio divide-se em duas peças cartográficas:

- **Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal**
- **Mapa de Risco de Incêndio Florestal**

O mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal (Carta2 – Anexo I) combina os factores de probabilidade e susceptibilidade de incêndio florestal, no qual se representam as áreas onde potencialmente poderá ocorrer um incêndio florestal e potencialmente adquira maior magnitude, sendo por isso fundamental como ferramenta de apoio à decisão em estratégias e acções de prevenção.

A cartografia de risco de incêndio, embora feita com valores de referência e fontes de informação comum, apenas permite uma leitura ao nível concelhio, não sendo possível efectuar comparações intermunicipais nem generalizações por unidades regionais. Resulta da combinação entre as componentes do mapa de perigosidade com as componentes do dano potencial (vulnerabilidade e valor) para indicar qual o potencial de perda em face do fenómeno – incêndio florestal. Permite, juntamente com o mapa de perigosidade,

obter informações de base para acções de prevenção, e para planeamento de acções de supressão, já que permite avaliar, em caso de incêndio, quais os locais territoriais onde a perda será maior.

O risco de incêndio (Carta 3 – Anexo I) significa o dano resultante da relação entre um perigo existente, a vulnerabilidade de um local ou elemento e o seu valor. Consequentemente, o risco pressupõe um valor e expressa o potencial de perda de elementos de risco em função da perigosidade de um determinado fenómeno e vulnerabilidade desses mesmos elementos em risco.

Para a ponderação da variável valor foram considerados os valores de referência indicados na Estratégia Nacional para as Florestas para os espaços florestais e, os valores de reconstrução para o ano de 2007 publicados na Portaria n.º 1152/2006 de 30 de Outubro, permitindo estimar o valor de bens e serviços a perder no momento e/ou custo de reposição (por ex. reflorestação de área ardida).

A metodologia para a obtenção de cartografia de risco (mapa de perigosidade e mapa de risco) considerou a distribuição por cinco classes:

-  - Muito Baixa
-  - Baixa
-  - Média
-  - Alta
-  - Muito Alta

Analisando a informação obtida verifica-se que grande parte do território concelhio apresenta risco de incêndio Alto, sendo que as áreas com declives mais acentuados são as que apresentam risco Muito Alto. Será para essas áreas que as acções de mitigação do risco deverão ser preconizadas, mais especificamente ao nível de redução de susceptibilidade através do reforço na prevenção.

2.3 Mapa de Prioridades de Defesa

A cartografia de prioridades de defesa para o concelho da Póvoa de Lanhoso resulta da aposição aos polígonos de risco de incêndio florestal alto e muito alto, de outros

elementos não considerados no modelo de risco, mas que se traduzem em elementos com valor ecológico, social, cultural e ecológico, como se pode observar na Carta 4 – Anexo I.

A identificação dos elementos de risco considerados foram divididos por pontos proteger e áreas inseridos em zonas florestais, resultando na seguinte listagem:

ÁREAS A PROTEGER	FREGUESIA
Campo de tiro	Serzedelo
Centro de Interpretação Ambiental	Calvos
Castro de Lanhoso	N. Sra. do Amparo (Póvoa de Lanhoso)
DiverLanhoso – Desporto de Aventura	Oliveira
Indústria de Pirotecnia	Oliveira e Lanhoso
Corredores de vegetação ripícola	Garfe, Taíde, Verim, Ajude e Friande

Tabela 1 – Listagem das áreas de valor consideradas na Carta de Prioridades de Defesa do concelho da Póvoa de Lanhoso

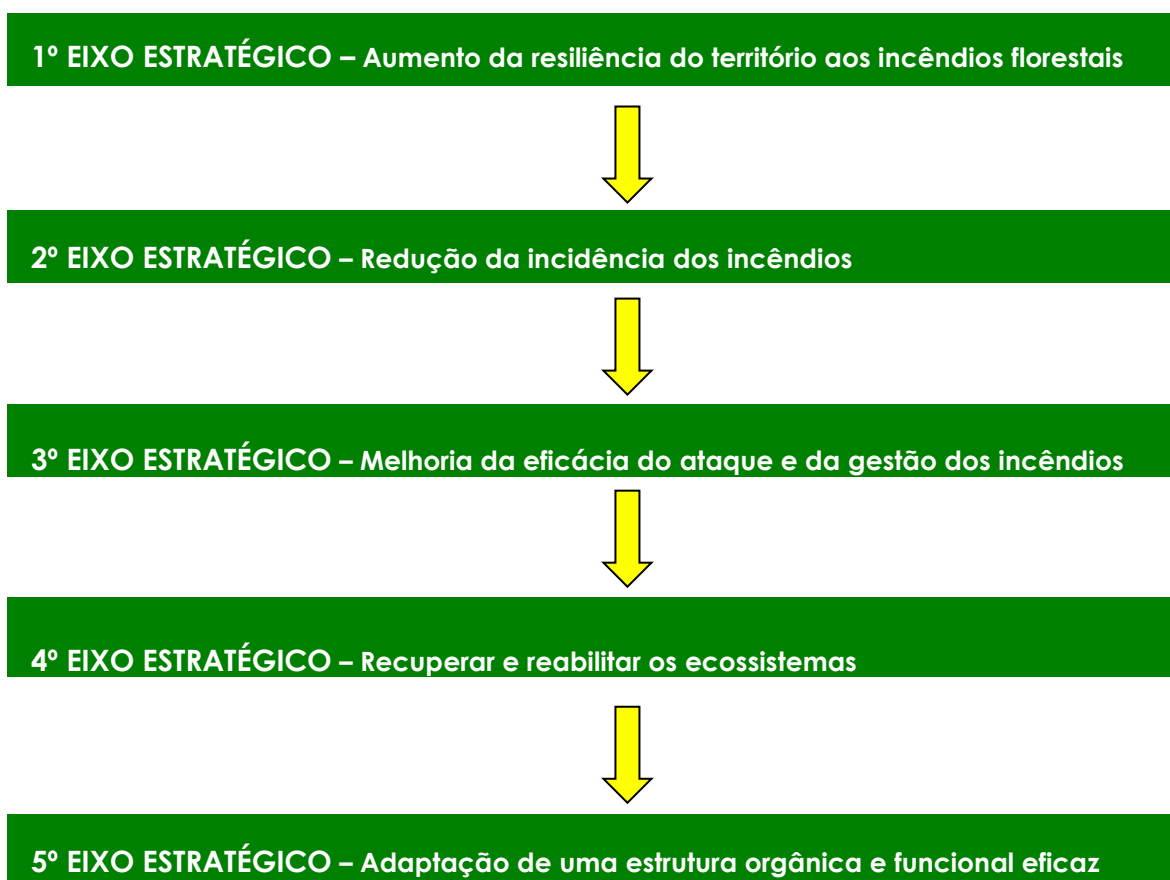
PONTOS A PROTEGER	FREGUESIA
Capela de S. Mamede	Rendufinho/Frades
Carvalho Centenário de Calvos	Calvos
Castelo de Lanhoso	Lanhoso
Estação de Tratamento de Águas	Travassos
Parque de Merendas de Leiradela	Travassos
Posto de Vigia de S. Mamede	Rendufinho/Frades
Praia Fluvial da Rola	Taíde
Praia Fluvial de Verim	Verim

Tabela 2 – Listagem de pontos de valor considerados na Carta de Prioridades de Defesa do concelho da Póvoa de Lanhoso

3. Eixos Estratégicos

O PMDFCI da Póvoa de Lanhoso para o período de 2008-2012, reúne a globalidade das acções necessárias à defesa contra incêndios da floresta concelhia e, para além das acções de prevenção, inclui a previsão e programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios, como preconizado no nº1 do art. 10º do decreto-lei 124/2006, de 28 de Junho. Contudo, é de esperar a operacionalização das acções preconizadas à medida que as diferentes entidades envolvidas procedem a um ajustamento e adaptação dos seus planos de actividade às novas tarefas e acções de protecção da floresta contra incêndios.

Para o cumprimento do disposto anteriormente o PMDFCI centrou-se nos principais eixos estratégicos definidos no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 65/2006, de 28 de Maio de 2006, sendo eles:



Parece-nos importante referir que dada a importância que o presente plano traduz na defesa da floresta do concelho da Póvoa de Lanhoso, a exigência em termos de volume e diversidade de informação necessária para um planeamento adequado e articulado entre as diversas entidades exige necessariamente mais tempo de recolha de informação e posterior análise. Deste modo, os programas de acção estão condicionados à informação existente até ao momento, sofrendo as alterações necessárias mediante novos dados que estão a ser reunidos em sede de CMDFCI, conforme referido na nota prévia deste caderno. Alguma falta de informação já foi colmatada no presente PMDFCI relativamente ao ano transacto, pelo que a sua actualização se prevê constante.

Por outro lado, e dada a conjectura financeira das economias locais, na orçamentação das acções propostas considerou-se que a sua execução depende fortemente dos fundos comunitários e da existência de sistemas de financiamento que apoiem as entidades responsáveis, assim como os meios de execução dependem em grande escala da aprovação de candidaturas apresentadas pelo município e pela CMDFCI.

A) 1º Eixo Estratégico: Aumento da Resiliência do território aos incêndios florestais

Neste eixo de actuação é importante aplicar estrategicamente sistemas de gestão de combustível, desenvolver processos que permitam aumentar o nível de segurança de pessoas e bens e tornar os espaços florestais mais resilientes à acção do fogo.

É fundamental delinear uma linha de acção que objective a gestão funcional dos espaços e introduza, em simultâneo, princípios de DFCl de modo a tendencialmente diminuir a intensidade e área percorrida por grandes incêndios e facilitar as acções de pré-supressão e supressão.

Este eixo estratégico está intimamente ligado ao ordenamento do território e ao planeamento florestal, promovendo a estabilização do uso do solo e garantindo que essa ocupação se destina a potenciar a sua utilidade social.

É neste ponto que se enquadra o nº 1 do art. 15º do Decreto-lei nº 124/2006, de 28 de Junho, definindo os espaços florestais onde vai ser obrigatória a gestão de combustíveis junto das diferentes infra-estruturas presentes e se operacionaliza ao nível municipal as faixas de gestão de combustível previstas nos níveis de planificação regional e nacional.

O processo de definição das metas definidas no presente plano teve como base de decisão a informação agregada nos seguintes parâmetros:

- Caracterização física do concelho;
- Caracterização da população;
- Caracterização do uso e ocupação do solo;
- Análise do histórico dos incêndios.

E nas seguintes peças cartográficas do concelho:

- Mapa de combustíveis;
- Mapa de perigosidade e risco de incêndio;
- Mapa de prioridades de defesa.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO: Promover a gestão e intervir preventivamente em áreas estratégicas

OBJECTIVOS OPERACIONAIS: Proteger as zonas de interface Urbano/Floresta
Implementar programa de redução de combustíveis

ACÇÃO I – CRIAR E MANTER REDES DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL, INTERVINDO PRIORITARIAMENTE NAS ZONAS COM MAIOR VULNERABILIDADE AOS INCÊNDIOS;

ACÇÃO II – IMPLEMENTAR MOSAICOS E PARCELAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL;

ACÇÃO III – PROMOVER ACÇÕES DE SILVICULTURA NO ÂMBITO DA DFCI;

ACÇÃO IV – PROMOVER ACÇÕES DE GESTÃO DE PASTAGENS;

ACÇÃO V – CRIAR E MANTER REDES DE INFRA-ESTRUTURAS (REDE VIÁRIA FLORESTAL E PONTOS DE ÁGUA);

ACÇÃO VI – DIVULGAR TÉCNICAS DE AJARDINAMENTO COM MAIOR CAPACIDADE DE RESILIÊNCIA AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS.

ACÇÕES:

- Criar e manter redes de faixas de gestão de combustíveis, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios. Esta intervenção terá como base o estabelecido no Decreto-Lei 124/2006. O presente diploma determina que, nos espaços florestais definidos no PMDFCI deve, a entidade responsável:

a) Pela rede viária, providenciar a gestão de combustível de uma faixa lateral de terreno confinante, numa largura não inferior a 10m;

c) Pelas linhas de transporte de energia eléctrica de muita alta tensão (MAT) e alta tensão (AT), assegurar a limpeza de uma faixa de largura não inferior a 10m para cada um dos lados, numa projecção vertical contada a partir dos cabos condutores exteriores;

d) Pelas linhas de transporte de energia eléctrica de média tensão (MT), assegurar a limpeza de uma faixa de largura não inferior a 7m para cada um dos lados, numa projecção vertical contada a partir dos cabos condutores exteriores;

e) A entidade ou entidades que, a qualquer título, detenham a administração dos terrenos confinantes com edificações, são obrigadas à limpeza de uma faixa de largura mínima de 50 m à volta de habitações, estaleiros, armazéns, oficinas ou outras edificações. Os 50 m deverão ser medidos a partir da alvenaria exterior da habitação ou qualquer outra edificação.

f) Nos aglomerados populacionais inseridos ou confinantes com áreas florestais é obrigatória a gestão de combustíveis numa faixa exterior de protecção de largura mínima não inferior a 100 m, competindo aos proprietários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título detenham terrenos inseridos nestas faixas, os trabalhos de gestão de combustíveis nesses terrenos.

g) Nos parques de campismo, nas infra-estruturas e equipamentos florestais de recreio, nos parques e polígonos industriais inseridos ou confinantes com áreas florestais é obrigatória a gestão de combustíveis numa faixa de protecção com uma largura mínima não inferior a 100m, competindo à respectiva entidade gestora realizar os trabalhos de limpeza, podendo esta, para o efeito, desencadear os mecanismos necessários ao ressarcimento da despesa efectuada.

Neste contexto, a carta n.º 5, no anexo I, identifica as faixas sujeitas a gestão de combustível, segmentadas pelos diversos eixos de intervenção, para a totalidade do território do concelho da Póvoa de Lanhoso. Convém contudo fazer a necessária ressalva de que, ao nível dos parâmetros que caracterizam as faixas não estão na sua totalidade de acordo com os critérios referidos no guia técnico, pelo que até final do ano se prevê a sua actualização.

A tabela seguinte apresenta a distribuição das áreas ocupadas, por descrição da faixa de gestão, em hectares e valores percentuais, por freguesia.

Freguesia	Código da descrição da faixa/mosaico	Descrição da faixa/mosaico	Área	Unidades
Águas Santas	002	Aglomerados Populacionais e Habitações	120.2	Ha
			43.9	%
	004	Rede viária Nacional e Municipal	9.1	Ha
			3.3	%
	007	Rede eléctrica de alta e muito alta tensão	17.9	Ha
			6.5	%
Ajude	002	Aglomerados Populacionais e Habitações	63.5	Ha
			26.7	%
	004	Rede viária	5.0	Ha
			2.1	%
	007	Rede eléctrica de alta e muito alta tensão	2.0	Ha
			0.8	%
Brunhais	002	Aglomerados Populacionais e Habitações	109.9	Ha
			42.6	%
	004	Rede viária Nacional e Municipal	11.7	Ha
			4.5	%
	007	Rede eléctrica de alta e muito alta tensão	-	Ha
			-	%
Calvos	002	Aglomerados Populacionais e Habitações	151.9	Ha
			32.2	%
	004	Rede viária Nacional e Municipal	15.1	Ha
			3.2	%
	007	Rede eléctrica de alta e muito alta tensão	10.3	Ha
			2.2	%
Campo	002	Aglomerados Populacionais e Habitações	142.1	Ha
			43.7	%
	004	Rede viária Nacional e Municipal	9.0	Ha
			2.8	%
	007	Rede eléctrica de alta e muito alta tensão	8.9	Ha
			2.7	%

Covelas	002	Aglomerados Populacionais e Habitações	133.3	Ha
			45.8	%
	004	Rede viária Nacional e Municipal	10.9	Ha
			3.7	%
	007	Rede eléctrica de alta e muito alta tensão	5.8	Ha
			1.1	%
Esperança	002	Aglomerados Populacionais e Habitações	121.9	Ha
			27.9	%
	004	Rede viária Nacional e Municipal	10.9	Ha
			2.5	%
	007	Rede eléctrica de alta e muito alta tensão	---	Ha
			---	%
Ferreiros	002	Aglomerados Populacionais e Habitações	163.9	Ha
			32.2	%
	004	Rede viária Nacional e Municipal	14.3	Ha
			2.8	%
	007	Rede eléctrica de alta e muito alta tensão	269	Ha
			53	%
Fontarcada	002	Aglomerados Populacionais e Habitações	231.4	Ha
			39.2	%
	004	Rede viária Nacional e Municipal	16.2	Ha
			2.7	%
	007	Rede eléctrica de alta e muito alta tensão	11.4	Ha
			1.9	%
Frades	002	Aglomerados Populacionais e Habitações	92.4	Ha
			21.9	%
	004	Rede viária Nacional e Municipal	7.8	ha
			1.9	%
	007	Rede eléctrica de alta e muito alta tensão	15.4	ha
			3.7	%
Friande	002	Aglomerados Populacionais e Habitações	101.1	ha
			20.2	%
	004	Rede viária Nacional e Municipal	12.7	ha
			2.5	%
	007	Rede eléctrica de alta e muito alta tensão	8.9	ha
			1.8	%
Galegos	002	Aglomerados Populacionais e Habitações	78.5	ha
			27.9	%
	004	Rede viária Nacional e Municipal	7.2	ha
			2.6	%
	007	Rede eléctrica de alta e muito alta tensão	1.2	ha
			0.4	%
Garfe	002	Aglomerados Populacionais e Habitações	179.5	ha
			33.0	%
	004	Rede viária Nacional e Municipal	20.0	ha
			3.7	%
	007	Rede eléctrica de alta e muito alta tensão	---	ha
			---	%
	002	Aglomerados Populacionais e Habitações	173.5	ha
			38.4	%

Geraz do Minho	004	Rede viária Nacional e Municipal	12.9	ha
			2.9	%
	007	Rede eléctrica de alta e muito alta tensão	4.4	ha
			0.9	%
Lanhoso	002	Aglomerados Populacionais e Habitações	165.7	ha
			22.5	%
	004	Rede viária Nacional e Municipal	8.8	ha
			1.5	%
	007	Rede eléctrica de alta e muito alta tensão	5.9	ha
			0.9	%
Louredo	002	Aglomerados Populacionais e Habitações	68.7	ha
			38	%
	004	Rede viária Nacional e Municipal	4.7	ha
			2.6	%
	007	Rede eléctrica de alta e muito alta tensão	0.4	ha
			0.2	%
Monsul	002	Aglomerados Populacionais e Habitações	164.1	ha
			49.8	%
	004	Rede viária Nacional e Municipal	10.5	ha
			3.2	%
	007	Rede eléctrica de alta e muito alta tensão	15.3	ha
			4.6	%
Moure	002	Aglomerados Populacionais e Habitações	62.6	ha
			50.1	%
	004	Rede viária Nacional e Municipal	5.4	ha
			4.3	%
	007	Rede eléctrica de alta e muito alta tensão	2.9	ha
			2.3	%
Oliveira	002	Aglomerados Populacionais e Habitações	125.8	ha
			25.3	%
	004	Rede viária Nacional e Municipal	7.1	ha
			1.4	%
	007	Rede eléctrica de alta e muito alta tensão	---	ha
			---	%
N. Sra. Do Amparo	002	Aglomerados Populacionais e Habitações	241.9	ha
			43.6	%
	004	Rede viária Nacional e Municipal	4.87	ha
			0.9	%
	007	Rede eléctrica de alta e muito alta tensão	11.3	ha
			2.0	%
Santo Emilião	002	Aglomerados Populacionais e Habitações	73.3	ha
			35.8	%
	004	Rede viária Nacional e Municipal	2.5	ha
			1.22	%
	007	Rede eléctrica de alta e muito alta tensão	7.9	ha
			3.9	%
	002	Aglomerados Populacionais e Habitações	178	ha
			35.8	%
	004	Rede viária Nacional e Municipal	19.2	ha
			9.3	%
	007	Rede eléctrica de alta e muito	7.6	ha

Rendufinho		alta tensão	3.7	%
S. João de Rei	002	Aglomerados Populacionais e Habitações	107.6	ha
			19.7	%
	004	Rede viária Nacional e Municipal	8.4	ha
			1.5	%
	007	Rede eléctrica de alta e muito alta tensão	13.3	ha
			0.02	%
Serzedelo	002	Aglomerados Populacionais e Habitações	287.9	ha
			30.4	%
	004	Rede viária Nacional e Municipal	20.6	ha
			2.2	%
	007	Rede eléctrica de alta e muito alta tensão	---	ha
			---	%
Sobradelo da Goma	002	Aglomerados Populacionais e Habitações	21.7	ha
			2.1	%
	004	Rede viária Nacional e Municipal	3.04	ha
			0.3	%
	007	Rede eléctrica de alta e muito alta tensão	269.4	ha
			26.5	%
Taíde	002	Aglomerados Populacionais e Habitações	11.0	ha
			1.7	%
	004	Rede viária Nacional e Municipal	19.5	ha
			2.9	%
	007	Rede eléctrica de alta e muito alta tensão	284	ha
			42.8	%
Travassos	002	Aglomerados Populacionais e Habitações	150.9	ha
			37	%
	004	Rede viária Nacional e Municipal	12.7	ha
			3.12	%
	007	Rede eléctrica de alta e muito alta tensão	---	ha
			---	%
Verim	002	Aglomerados Populacionais e Habitações	118.4	ha
			44.1	%
	004	Rede viária Nacional e Municipal	7.1	ha
			2.6	%
	007	Rede eléctrica de alta e muito alta tensão	8.1	ha
			3.0	%
Vilela	002	Aglomerados Populacionais e Habitações	18.0	ha
			3.9	%
	004	Rede viária Nacional e Municipal	10.5	ha
			2.3	%
	007	Rede eléctrica de alta e muito alta tensão	8.8	ha
			1.9	%

Tabela 3 – Distribuição por freguesia da área ocupada por descrição de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustível

A2) Rede Viária Florestal

A compilação da rede viária no concelho da Póvoa de Lanhoso, a sua representação cartográfica é feita na Carta n.º 6 do anexo I, na qual estão representadas

as Estradas Nacionais, Municipais e Caminhos Florestais. Relativamente ao último parâmetro, ainda não encontram classificados nas respectivas ordens.

Conforme referido no anterior PMDFCI, o levantamento no terreno e avaliação da rede viária foi uma das acções no planeamento de actividades do gabinete técnico florestal, pelo que essa tarefa foi concluída em Dezembro de 2006. Após a publicação do guia técnico, em Agosto de 2007, verifica-se que alguns dos parâmetros caracterizados não seguem as directrizes nele indicadas, pelo que se prevê a sua actualização e apresentação no POM_2008 até 15 de Abril de 2008.

Freguesia	Código da Descrição da RV	Descrição da Rede Viária	Comprimento	Unidades
Águas Santas	PNR	Rede de Estradas Nacionais e regionais incluídas no PNR	1626.22	m
	REM	Rede de Estradas Municipais	3208.70	m
	RVF	Rede Viária Florestal	-	m
	ORP	Outras redes privadas ou públicas	-	m
	Sub-Total da Rede viária (m)			4834.92
Ajude	PNR	Rede de Estradas Nacionais e regionais incluídas no PNR	-	m
	REM	Rede de Estradas Municipais	2518.13	m
	RVF	Rede Viária Florestal	-	m
	ORP	Outras redes privadas ou públicas	-	m
	Sub-Total da Rede viária (m)			2518.13
Brunhais	PNR	Rede de Estradas Nacionais e regionais incluídas no PNR	-	m
	REM	Rede de Estradas Municipais	58880.8	m
	RVF	Rede Viária Florestal	-	m
	ORP	Outras redes privadas ou públicas	-	m
	Sub-Total da Rede viária (m)			58880.8
Calvos	PNR	Rede de Estradas Nacionais e regionais incluídas no PNR	-	m
	REM	Rede de Estradas Municipais	7712.69	m
	RVF	Rede Viária Florestal	-	m
	ORP	Outras redes privadas ou públicas	-	m
	Sub-Total da Rede viária (m)			7712.69
Campo	PNR	Rede de Estradas Nacionais e regionais incluídas no PNR	1694.92	m
	REM	Rede de Estradas Municipais	2946.07	m
	RVF	Rede Viária Florestal	-	m

	ORP	Outras redes privadas ou públicas	-	m
	Sub-Total da Rede viária (m)			4640.99
Covelas	PNR	Rede de Estradas Nacionais e regionais incluídas no PNR	2184.42	m
	REM	Rede de Estradas Municipais	3526.29	m
	RVF	Rede Viária Florestal	-	m
	ORP	Outras redes privadas ou públicas	-	m
	Sub-Total da Rede viária (m)			5710.71
Esperança	PNR	Rede de Estradas Nacionais e regionais incluídas no PNR	-	m
	REM	Rede de Estradas Municipais	5472.55	m
	RVF	Rede Viária Florestal	-	m
	ORP	Outras redes privadas ou públicas	-	m
	Sub-Total da Rede viária (m)			5472.55

Ferreiros	PNR	Rede de Estradas Nacionais e regionais incluídas no PNR	2704.19	m
	REM	Rede de Estradas Municipais	4684.65	m
	RVF	Rede Viária Florestal	-	m
	ORP	Outras redes privadas ou públicas	-	m
	Sub-Total da Rede viária (m)			7388.84
Fontarcada	PNR	Rede de Estradas Nacionais e regionais incluídas no PNR	3023.41	m
	REM	Rede de Estradas Municipais	5273.75	m
	RVF	Rede Viária Florestal	-	m
	ORP	Outras redes privadas ou públicas	-	m
	Sub-Total da Rede viária (m)			8297.16
Frades	PNR	Rede de Estradas Nacionais e regionais incluídas no PNR	2689.77	m
	REM	Rede de Estradas Municipais	1605.17	m
	RVF	Rede Viária Florestal	-	m
	ORP	Outras redes privadas ou públicas	-	m
	Sub-Total da Rede viária (m)			4294.94
Friande	PNR	Rede de Estradas Nacionais e regionais incluídas no PNR	6450.97	m
	REM	Rede de Estradas Municipais	-	m
	RVF	Rede Viária Florestal	-	m
	ORP	Outras redes privadas ou públicas	-	m
	Sub-Total da Rede viária (m)			6450.97
Galegos	PNR	Rede de Estradas Nacionais e regionais incluídas no PNR	646.66	m
	REM	Rede de Estradas Municipais	3091.71	m
	RVF	Rede Viária Florestal	-	m

	ORP	Outras redes privadas ou públicas	-	
	Sub-Total da Rede viária (m)			3738.73
Garfe	PNR	Rede de Estradas Nacionais e regionais incluídas no PNR	4242.51	m
	REM	Rede de Estradas Municipais	6409.32	m
	RVF	Rede Viária Florestal	-	m
	ORP	Outras redes privadas ou públicas	-	m
	Sub-Total da Rede viária (m)			10651.83
Geraz do Minho	PNR	Rede de Estradas Nacionais e regionais incluídas no PNR	4305.34	m
	REM	Rede de Estradas Municipais	2243.30	m
	RVF	Rede Viária Florestal	-	m
	ORP	Outras redes privadas ou públicas	-	m
	Sub-Total da Rede viária (m)			6548.64
Lanhoso	PNR	Rede de Estradas Nacionais e regionais incluídas no PNR	1767.75	m
	REM	Rede de Estradas Municipais	2970.87	m
	RVF	Rede Viária Florestal	-	m
	ORP	Outras redes privadas ou públicas	-	m
	Sub-Total da Rede viária (m)			4738.62

Louredo	PNR	Rede de Estradas Nacionais e regionais incluídas no PNR	-	m
	REM	Rede de Estradas Municipais	2425.17	m
	RVF	Rede Viária Florestal	-	m
	ORP	Outras redes privadas ou públicas	-	m
	Sub-Total da Rede viária (m)			2425.17
Monsul	PNR	Rede de Estradas Nacionais e regionais incluídas no PNR	2866.46	m
	REM	Rede de Estradas Municipais	2581.57	m
	RVF	Rede Viária Florestal	-	m
	ORP	Outras redes privadas ou públicas	-	m
	Sub-Total da Rede viária (m)			5448.03
Moure	PNR	Rede de Estradas Nacionais e regionais incluídas no PNR	-	m
	REM	Rede de Estradas Municipais	2871.06	m
	RVF	Rede Viária Florestal	-	m
	ORP	Outras redes privadas ou públicas	-	m
	Sub-Total da Rede viária (m)			2871.06
Oliveira	PNR	Rede de Estradas Nacionais e regionais incluídas no PNR	-	m
	REM	Rede de Estradas Municipais	3589.62	m

	RVF	Rede Viária Florestal	-	m
	ORP	Outras redes privadas ou públicas	-	m
	Sub-Total da Rede viária (m)			3589.62
N. Sra do Amparo	PNR	Rede de Estradas Nacionais e regionais incluídas no PNR	2777.66	m
	REM	Rede de Estradas Municipais	24138.26	m
	RVF	Rede Viária Florestal	-	m
	ORP	Outras redes privadas ou públicas	-	m
	Sub-Total da Rede viária (m)			26915.92
Santo Emilião		Rede de Estradas Nacionais e regionais incluídas no PNR	1230.48	m
	PNR			
	REM	Rede de Estradas Municipais	-	m
	RVF	Rede Viária Florestal	-	m
	ORP	Outras redes privadas ou públicas	-	m
	Sub-Total da Rede viária (m)			1230.48
Rendufinho	PNR	Rede de Estradas Nacionais e regionais incluídas no PNR	5589.79	m
	REM	Rede de Estradas Municipais	4812.83	m
	RVF	Rede Viária Florestal	-	m
	ORP	Outras redes privadas ou públicas	-	m
	Sub-Total da Rede viária (m)			10402.62
S. João de Rei	PNR	Rede de Estradas Nacionais e regionais incluídas no PNR	-	m
	REM	Rede de Estradas Municipais	4363.01	m
	RVF	Rede Viária Florestal	-	m
	ORP	Outras redes privadas ou públicas	-	m
	Sub-Total da Rede viária (m)			4363.01

Serzedelo	PNR	Rede de Estradas Nacionais e regionais incluídas no PNR	3221.51	m
	REM	Rede de Estradas Municipais	10250.25	m
	RVF	Rede Viária Florestal	-	m
	ORP	Outras redes privadas ou públicas	-	m
	Sub-Total da Rede viária (m)			13471.76
Sobradelo da Goma	PNR	Rede de Estradas Nacionais e regionais incluídas no PNR	4352.11	m
	REM	Rede de Estradas Municipais	11069.87	m
	RVF	Rede Viária Florestal	-	m
	ORP	Outras redes privadas ou públicas	-	m
	Sub-Total da Rede viária (m)			15421.98
	PNR	Rede de Estradas Nacionais e regionais incluídas no PNR	4321.61	m

Taíde	REM	Rede de Estradas Municipais	5699.32	m
	RVF	Rede Viária Florestal	-	m
	ORP	Outras redes privadas ou públicas	-	m
	Sub-Total da Rede viária (m)			10020.93
Travassos	PNR	Rede de Estradas Nacionais e regionais incluídas no PNR	876.46	m
	REM	Rede de Estradas Municipais	5879.64	m
	RVF	Rede Viária Florestal	-	m
	ORP	Outras redes privadas ou públicas	-	m
	Sub-Total da Rede viária (m)			6756.1
Verim	PNR	Rede de Estradas Nacionais e regionais incluídas no PNR	-	m
	REM	Rede de Estradas Municipais	3598.68	m
	RVF	Rede Viária Florestal	-	m
	ORP	Outras redes privadas ou públicas	-	m
	Sub-Total da Rede viária (m)			3598.68
Vilela	PNR	Rede de Estradas Nacionais e regionais incluídas no PNR	2213.57	m
	REM	Rede de Estradas Municipais	3227.53	m
	RVF	Rede Viária Florestal	-	m
	ORP	Outras redes privadas ou públicas	-	m
	Sub-Total da Rede viária (m)			7654.67

Tabela 4 – Distribuição da rede viária florestal por freguesia

A3) Rede de Pontos de Água

Associada à rede viária a rede de pontos de água representa a base da estruturação de um sistema de DFCI eficaz e taticamente organizado (mapa n.º 7 – Anexo I).

A conclusão da Carta de Pontos de Água ocorreu no primeiro trimestre de 2007. A sua elaboração seguiu os critérios indicados até aquela data, nomeadamente a divisão por classes de operacionalidade (terrestre, aéreo e misto), tal como a sua distribuição, densidade por área de espaços florestais e volume máximo. No entanto, prevê-se completar a caracterização dos parâmetros indicados no guia técnico e na Portaria n.º 133/2007 até ao dia 15 de Abril de 2008 (data limite de apresentação do POM).

A4) carta com área sujeitas a silvicultura preventiva para 2007-2011

A identificação de parcelas sujeitas a acções de silvicultura preventiva teve como base a identificação de áreas ocupadas por povoamentos florestais contínuos, de modo a proceder à sua protecção e resistência estrutural. Nesta fase, não foi possível proceder ao levantamento no terreno das áreas a intervir, pelo que se procederá ao seu levantamento até ao final do ano, pelo que não se apresenta o produto cartográfico. Contudo, e após contactos efectuados pelo GTF com as duas Associações de Caçadores do concelho (Clube de Caçadores e da Póvoa de Lanhoso e Clube de Caçadores os Bravos) e pastores (criadores de gado bovino e equídeo em pastoreio) preconiza-se, com o apoio do técnico de DFCI do núcleo florestal do Alto e Baixo Minho, a utilização de fogo controlado e queimadas para redução da carga de combustível e prevenção de realização de queimadas sem qualquer controlo ou acompanhamento. As áreas a intervir distribuem-se, numa primeira fase, pelas seguintes freguesias: Covelas, Ferreiros, Lanhoso, Póvoa de Lanhoso, Galegos, Vilela, Taíde, Travassos, Brunhais, Sobradelo da Goma, Oliveira, Serzedelo, Frades, Fontarcada e Rendufinho.

A distribuição de áreas sujeitas a silvicultura tem como base a análise da cartografia de base, pelo que 90% das ocorrências ocorrem nas freguesias acima referidas, e representam cerca de 40% da ocupação florestal do concelho.

A5) Construção e manutenção da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios (RDFCI)

Na carta n.º 9 do anexo I estão representadas as faixas de gestão de combustível que irão ser construídas, mantidas ou sem intervenção para o período de 2008 – 2012.

Importa referir que a cronologia das acções terá como base a carta de risco de incêndio e a carta de prioridades na qual se definiram três graus de prioridades:

- 1ª Prioridade – acções a realizar no ano de 2008
- 2ª Prioridade – acções a realizar no ano de 2009
- 3ª Prioridade – acções a realizar no ano de 2010

Terminadas as acções definidas anteriormente, o planeamento das acções é feito de forma rotativa, passando a ser efectuadas acções de manutenção:

- 1ª Prioridade – acções a realizar no ano de 2011
- 2ª Prioridade – acções a realizar no ano de 2012

Considerando a importância crucial que a rede viária florestal e a rede de pontos de água representam na definição do sistema de defesa da floresta contra incêndios, o

Acção	Metas	Unidades	Indicadores
-------	-------	----------	-------------

planeamento de acções deverá seguir uma análise criteriosa, tendo como base um levantamento exaustivo no terreno. Dado o volume de informação a recolher, não foi possível, até à data de apresentação do presente documento reunir toda a informação necessária, pelo que se apresenta no anexo I a carta n.º 10 com as intervenções para a rede viária florestal. Relativamente aos pontos de água a cartografia está a ser finalizada.

Prevê-se a construção e execução da rede de DFCI através da actuação da equipa de sapadores florestais (002) da Associação de Defesa da Floresta do Minho, caso esta venha a obter aprovação e outros (007).

A6) Intervenções preconizadas nos programas de acção

Até à data de apresentação do presente documento, não foi possível a apresentação do conjunto de elementos cartográficos para apresentação das intervenções preconizadas anualmente nos programas de acção, para o período de 2007 – 2011.

A7) Rede regional de defesa da floresta contra incêndios

Com o objectivo de efectuar anualmente uma análise qualitativa e quantitativa aos programas de acção preconizados neste plano, é necessário estabelecer metas a atingir e delinear os indicadores que permitam uma avaliação anual do PMDFCI de forma a ajustar/melhorar as acções e intervenções às dinâmicas verificadas no terreno.

O quadro seguinte apresenta as metas e indicadores estabelecidos para um período de 5 anos (2008 – 2012), no âmbito do aumento da resiliência do território aos incêndios florestais, considerando a informação reunida para a realização do presente PMDFCI do concelho da Póvoa de Lanhoso. Este delineamento deverá ser complementado logo que a informação de base esteja toda recolhida e estudada para delineamento completo do plano de acção.

			2008	2009	2010	2011	2012
Criar e aplicar orientações estratégicas para a gestão das áreas florestais	Adoptar o modelo ZIF como referência para a introdução de princípios e estratégias de DFCI, canalizando para esta acção os recursos financeiros existentes.	ZIF's	1	1	1	-	-
	Promover a realização de PGF's e PUB's	PGF's	2	4	5	6	7
	Promover a constituição de Agrupamentos de Proprietários	AP's	2	4	5	6	7
Definir as prioridades de planeamento e execução das infra-estruturas de DFCI face ao risco.	Operacionalizar a acção da CMDFCI	Reuniões	4	4	4	4	4
Proteger zonas de interface urbano/Floresta	Criar e manter as faixas de protecção de gestão de combustível nos aglomerados populacionais.	Ha	200	200	200	200	200
	Criar e manter as faixas de protecção de gestão de combustível em torno das edificações inseridas em espaço florestal.	Dias (Jornas)	35	35	35	35	35
	Criar e manter as faixas de protecção de gestão de combustível ao longo da rede viária.	Dias (Jornas)	35	35	35	35	35
	Criar e manter as faixas de protecção de gestão de combustível em torno de parques e polígonos industriais, aterros sanitários, equipamentos florestais de recreio.	Ha	200	200	200	200	200
	Área instalada com recurso a fogo controlado	Ha	50	50	50	50	50
Implementar mosaicos de parcelas de gestão de combustível	Criar e manter as faixas de protecção de gestão de combustível ao longo das linhas de transporte e distribuição de energia eléctrica em muito alta e alta tensão	%	10	20	30	40	50
	Criar e manter as faixas de protecção de gestão de combustível ao longo das linhas de energia eléctrica em média tensão.	%	10	20	30	40	50

Criar e manter rede de infra-estruturas – Rede Viária	Manutenção da drenagem longitudinal	Dias (Jornas)	5	5	5	5	5
	Manutenção da drenagem transversal	Dias (Jornas)	5	5	5	5	5
Criar e manter rede de infra-estruturas – Rede de Pontos de Água	Limpeza de acessibilidade ao ponto de água	Dias (Jornas)	5	5	5	5	5
Promover acções de silvicultura	Projectos de proprietários privados	Ha	200	200	200	200	200
	Beneficiação de áreas florestais	Ha	100	100	100	100	100
Promover acções de gestão de pastagens	Área instalada com recurso ao fogo controlado	Ha	150	150	150	150	150
Operacionalizar a defesa de pessoas e bens	Aquisição de Kit's de intervenção florestal (Juntas de Freguesia)	Kit's	8	8	8	5	0

Tabela 5 – Metas e indicadores – aumento da resiliência do território aos incêndios florestais

Orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território aos incêndios florestais

Considerando que toda a informação necessária ainda não se encontra reunida, não será apresentado o orçamento, pelo que será actualizado no primeiro trimestre de 2008.

O cálculo dos custos unitários para cada tipo de intervenção, terá como por base valores ponderados entre os custos mínimos e máximos estipulados pela Comissão de Acompanhamento de Operações Florestais (CAOF).

B) 2º Eixo Estratégico – Redução da incidência dos incêndios

O elevado número de ocorrências leva à necessidade de uma intervenção cuidada ao nível da prevenção, entendida como um conjunto de actividades que têm por objectivo reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que o incêndio pode originar. Actua essencialmente em duas vertentes, nomeadamente no controlo das ignições e no controlo da propagação.

Considerando que o objectivo do controlo das ignições consiste em evitar que se dê início a um incêndio e que a maioria dos incêndios são causados por actividade humana, é sobre a alteração dos comportamentos humanos relativos ao uso do fogo que se deverá actuar.

Torna-se imperativo educar os diferentes segmentos populacionais no sentido de reconhecerem na floresta um património colectivo, com valor económico, social e ambiental e assumirem responsabilidades do seu legado às gerações futuras, eliminando comportamentos de risco. Para tal as acções a desenvolver no presente eixo deverão focar o papel que a floresta desempenha na realidade concreta do concelho e a sua ligação às diversas actividades.

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS: Educar e sensibilizar as populações

Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações.

OBJECTIVOS OPERACIONAIS: Sensibilização da população em geral

Sensibilização e educação escolar

Fiscalização

B1) Sensibilização

As campanhas de sensibilização apostam na inovação e na adequação das metodologias e materiais utilizados ao público-alvo de forma a maximizar o efeito da mensagem a transmitir, assim como numa colaboração estreita entre as diversas entidades que actuam no concelho da Póvoa de Lanhoso.

PROBLEMA DIAGNOSTICADO	ACÇÃO	METAS	INDICADORES				
			2008	2009	2010	2011	2012
Uso do fogo durante o período crítico	Sensibilizar os agricultores/pastores/população rural e população em geral/emigrantes sobre as possíveis consequências inerentes ao correcto uso do fogo e/ou à não consideração das medidas de segurança necessárias especialmente durante o período crítico	Realização de acções de sensibilização/esclarecimento, nas freguesias mais rurais do concelho, incluindo a distribuição de folhetos, cartazes de divulgação e alerta	4 Sessões de sensibilização/esclarecimento, agrupando 5 freguesias de forma a abranger a totalidade do concelho com 50% da população presente	4 Sessões de sensibilização/esclarecimento, agrupando 5 freguesias de forma a abranger a totalidade do concelho com 50% da população presente	4 Sessões de sensibilização/esclarecimento, agrupando 5 freguesias de forma a abranger a totalidade do concelho com 60% da população presente	4 Sessões de sensibilização/esclarecimento, agrupando 5 freguesias de forma a abranger a totalidade do concelho com 60% da população presente	4 Sessões de sensibilização/esclarecimento, agrupando 5 freguesias de forma a abranger a totalidade do concelho com 60% da população presente
		Realização de campanha de sensibilização (incluindo a colocação de outdoor's) efectuada nas principais vias de acesso ao concelho (estradas nacionais) e placas nas vias florestais	Dinamização da campanha em 4 pontos estratégicos, nomeadamente nas vias nacionais que permitem o acesso ao concelho	Dinamização da campanha em 4 pontos estratégicos, nomeadamente nas vias nacionais que permitem o acesso ao concelho	Dinamização da campanha em 4 pontos estratégicos, nomeadamente nas vias nacionais que permitem o acesso ao concelho	Dinamização da campanha em 4 pontos estratégicos, nomeadamente nas vias nacionais que permitem o acesso ao concelho	Dinamização da campanha em 4 pontos estratégicos, nomeadamente nas vias nacionais que permitem o acesso ao concelho
	Anúncios na imprensa a alertarem para perigo do uso do fogo e divulgação do número de emergência 112 (apelar à vigilância passiva)	Anúncios de ¼ e ½ página em dois jornais locais	Quinzenalmente nos meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro	Quinzenalmente nos meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro	Quinzenalmente nos meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro	Quinzenalmente e nos meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro	Quinzenalmente nos meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro
	Spot's Radiofónicos sobre os Cuidados a ter no período crítico, com mensagens de todas as entidades da CMDFCI e população infantil	8 Spot's por dia na rádio local nos meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro	8 Spot's por dia na rádio local	8 Spot's por dia na rádio local	8 Spot's por dia na rádio local	8 Spot's por dia na rádio local	8 Spot's por dia na rádio local

	Produção de Cartazes sobre 2 temas genéricos: Silvicultura preventiva e Normas de conduta cívica a observar no período crítico	2500 Cartazes. A distribuir no período crítico e fora do período crítico conforme a temática	29 Juntas de Freguesia	29 Juntas de Freguesia	29 Juntas de Freguesia	29 Juntas de Freguesia	29 Juntas de Freguesia
	Produção de panfletos com informação sobre 4 temas e a distribuir na Primavera, Verão, Outono e Inverno	35.000 Panfletos sobre: Silvicultura preventiva – boas práticas, Silvicultura preventiva – infra-estruturas florestais; Legislação geral de silvicultura preventiva e Normas cívicas a observar no período crítico	29 Juntas de freguesia, Escolas, associações de juvenis, locais de atendimento ao público, comissões de festas, centros de Saúde	29 Juntas de freguesia, Escolas, associações de juvenis, locais de atendimento ao público, comissões de festas, centros de Saúde	29 Juntas de freguesia, Escolas, associações de juvenis, locais de atendimento ao público, comissões de festas, centros de Saúde	29 Juntas de freguesia, Escolas, associações de juvenis, locais de atendimento ao público, comissões de festas, centros de Saúde	29 Juntas de freguesia, Escolas, associações de juvenis, locais de atendimento ao público, comissões de festas, centros de Saúde
	Colaboração com as OPF's nas sessões de divulgação esclarecimento englobadas nas campanhas nacionais (Portugal Sem Fogos Depende de Todos)	Pastores e Público em geral, presidentes de Junta	Pastores e Público em geral, presidentes de Junta	Pastores e Público em geral, presidentes de Junta	Pastores e Público em geral, presidentes de Junta	Pastores e Público em geral, presidentes de Junta	Pastores e Público em geral, presidentes de Junta
Utilização de maquinaria florestal, durante o período crítico	Sensibilizar as empresas do ramo florestal/empresários a título individual com actividade na área florestal, alertando para as combustões internas e externas e os objectivos do uso dos dispositivos tapa-chamas nos tubos de escape ou chaminé	Durante o período crítico. Concepção de um guia prático de boas práticas florestais e comportamentos de risco em parceria com as OPF's	2500 Cartazes	2500 Cartazes	2500 Cartazes	2500 Cartazes	2500 Cartazes
Realização de queimadas	Sessões com pastores, associações de caçadores e pescadores para apoio na realização de queimadas e os perigos eminentes	A realizar nos meses de Novembro, Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março	6 Sessões	6 Sessões	6 Sessões	6 Sessões	6 Sessões

Colaboração estreita com associações de caçadores e pescadores	Apoiar e dinamizar o dia da limpeza florestal, em colaboração com várias entidades concelhias (Escuteiros, BV, GNR, Sapadores florestais) e Divulgação de Normas de Conduta para caçadores e pescadores	Limpeza de áreas florestais	1 Acção (20 de Maio)	1 Acção (20 de Maio)	1 Acção (20 de Maio)	1 Acção (20 de Maio)	1 Acção (20 de Maio)
Divulgação de normas de conduta	Colocação de placas informativas nas vias municipais e rede viária que atravesse áreas florestais	Informações sobre cuidados com o uso do fogo e restrições a observarem no período crítico, nas freguesias com maior número de ocorrências	5 placas	5 placas	5 placas	5 placas	5 placas
Sensibilização da população jovem	Colaboração estreita com as escolas concelhias e todos os níveis de ensino, e dinamização de projectos municipais: “Uma árvore um amigo” e Póvoa Protegida”	Lançamento da Cédula da árvore para acompanhamento pormenorizado e responsabilização individual pelas árvores – Arborização das vias com ponto de início a escola	Todos os alunos do ensino básico e os 3 clubes da floresta do concelho	Todos os alunos do ensino básico e os 3 clubes da floresta do concelho	Todos os alunos do ensino básico e os 3 clubes da floresta do concelho	Todos os alunos do ensino básico e os 3 clubes da floresta do concelho	Todos os alunos do ensino básico e os 3 clubes da floresta do concelho
		Criação no terreno de um laboratório “ <i>in loco</i> ” onde se observe acções de silvicultura e gestão de povoamentos, com observação e prática de medidas de DFCI, com apoio da JF, DGRF; OPF’s e Sapadores Florestais	50 Alunos escolas do ensino básico, secundário e técnico profissional	50 Alunos escolas do ensino básico, secundário e técnico profissional	50 Alunos escolas do ensino básico, secundário e técnico profissional	50 Alunos escolas do ensino básico, secundário e técnico profissional	50 Alunos escolas do ensino básico, secundário e técnico profissional

Dar continuidade ao um pólo de referência e dinamizador da educação florestal integrada no ambiente e actividades territoriais	Criar imagem de base fundamentada no Carvalho de Calvos para associação da riqueza e valoração da floresta do concelho, baseada no valor do Carvalho Centenário como bem classificado de interesse público.	Compra de material didáctico para apetrechamento do Centro de Interpretação do Carvalho de Calvos – Símbolo da vitalidade e permanência da floresta	Aquisição de jogos e puzzles de grandes dimensões para dinamizar actividades em grupo e ao ar livre, Cd interactivo, atelier de pintura, acções de	20 Jogos 4 Puzzles 100 Cd's 1 Atelier	20 Jogos 4 Puzzles 100 Cd's 1 Atelier	20 Jogos 4 Puzzles 100 Cd's 1 Atelier	20 Jogos 4 Puzzles 100 Cd's 1 Atelier
Fomentar o movimento de jovens para fomentar uma aproximação com a área florestal	Comemoração de efemérides específicas	Dia Mundial da Floresta Dia da Floresta Autóctone Dia Mundial da Água Dia Mundial da Energia Dia da Floresta Autóctone Natal Ecológico (Árvore de Natal) Semana da Criança e do Ambiente	Realização de sementeiras, plantações, atelier's e semanas temáticas englobando cerca de 200 alunos	Realização de sementeiras, plantações, atelier's e semanas temáticas englobando cerca de 200 alunos	Realização de sementeiras, plantações, atelier's e semanas temáticas englobando cerca de 200 alunos	Realização de sementeiras, plantações, atelier's e semanas temáticas englobando cerca de 200 alunos	Realização de sementeiras, plantações, atelier's e semanas temáticas englobando cerca de 200 alunos
	Fomentar a participação de jovens em programas de Ocupação de Tempos Livres (OTL) no Centro de Interpretação do Carvalho de Calvos	Apoiar na limpeza do espaço, nas actividades de educação e sensibilização ambiental, dinamização da actividade “Caça ao Tesouro” para valoração de actividades de recreio e lazer no espaço florestal	40 Jovens participantes	40 Jovens participantes	40 Jovens participantes	40 Jovens participantes	40 Jovens participantes
	Realização de seminários	Colaboração e níveis de operacionalidade entre as diferentes entidades que actuam no terreno no âmbito de DFCI	1 Seminário	1 Seminário	1 Seminário	1 Seminário	1 Seminário

	Implementação de actividades específicas para os jovens em colaboração com o Instituto Português da Juventude e a DGRF	Programa Voluntariado Jovem para a Floresta com acções de vigilância e a sua integração no POM	Participação de 70 jovens	Participação de 70 jovens			
--	--	--	---------------------------	---------------------------	--	--	--

A CMDFCI da Póvoa de Lanhoso apresentou no ano de 2005 uma candidatura ao Fundo Florestal Permanente – Programas de Apoios 2005-2006, na Área 1 que inclui a Prevenção e Protecção da Floresta Contra Incêndios no sentido de realizar uma campanha de sensibilização da população tendo sido aprovada, pelo que as acções e iniciativas propostas serão implementadas nos anos de 2007 e 2008.

Tendo como informação de base a caracterização da população, a análise do histórico dos incêndios e a sua causalidade, verifica-se que ocorrem variações em função da freguesia e da época do ano: estes dois últimos factores condicionam o público-alvo, e portanto, o ajuste das acções de sensibilização para maximização dos efeitos esperados, assim como as acções de fiscalização.

Esta campanha distinguiu três tipos de público-alvo, sendo direccionada para:

- População jovem (escolar);
- População que reside em áreas florestais (interface urbano/florestal);
- População em geral.

Essa divisão prende-se com a necessidade de explorar mais aprofundadamente os temas a abordar relacionando-os com as características específicas da população.

As principais acções que se pretende executar dizem essencialmente respeito a:

- Elaboração de cartazes A3 contendo informação geral sobre protecção e defesa da floresta. Os cartazes possuem uma importante mais valia em termos de publicidade, no sentido em que, para além de serem apelativos permitem uma rápida leitura da informação e atingem um vasto número de população indiferenciada.

Prevê-se a distribuição destes cartazes por todas as freguesias do concelho, Associações Juvenis, Agrupamentos de Escuteiros, Escolas Primárias e Secundárias, afixação nos vidros traseiros dos autocarros dos transportes públicos, e outros locais públicos de grande visibilidade.

- Elaboração de desdobráveis a cores orientados para públicos alvo diferenciados, ou seja, um desdobrável dirigido à população jovem estudantil, que seja apelativo com uma linguagem de fácil compreensão, contendo essencialmente informações gerais para uma boa utilização da floresta e números de emergência; outro desdobrável dirigido à população residente em áreas florestais alertando para as normas e legislação em vigor no

que respeita às medidas de prevenção e outras informação relacionadas com a protecção de pessoas e floresta); e, um terceiro desdobrável, dirigido à população em geral contendo informações genéricas sobre uma boa utilização da floresta e números de emergência.

A importância da realização deste tipo de acção prende-se com o facto de se revelar um importante meio de transmissão de informação pois atinge um grande número de pessoas, e pelo facto de estar escrito permite uma interpretação mais cuidada e possibilita que as pessoas guardem a informação para posteriores utilizações.

Prevê-se a distribuição destes panfletos nas juntas de freguesia do Concelho, Escolas primárias e secundárias, Associações juvenis, Posto dos correios, cafés das freguesias com maior área florestal, parques de merenda e outros locais públicos.

- Sessões de sensibilização alertando e esclarecendo para as questões da protecção da floresta, cuidados na utilização da floresta, normas e regras de prevenção de incêndios contidas na legislação em vigor, divididas por freguesias e tendo em vista o envolvimento diversificado das diferentes entidades envolvidas nos incêndios florestais.

Com vista a tornar as acções de sensibilização mais interessantes e atractivas prevê-se a elaboração de “apresentações tipo” em formato digital, que variam consoante o público-alvo, recorrendo à utilização de imagens, vídeos e animações.

Apesar de esta ser provavelmente a acção que atinge um menor número de população, reveste-se de uma enorme importância na medida em que, o público atingido para além de receber grande quantidade de informação, poderá também, esclarecer no momento algumas dúvidas, de forma a potenciar o contacto directo com a população.

Pretende-se realizar sessões de sensibilização nas escolas do 1º, 2º e 3º ciclo e secundárias do Concelho (uma das quais sessão alargada no dia da Floresta) e sessões em Juntas de Freguesia.

- Spot's radiofónicos numa rádio regional, contendo regras e normas de prevenção e valorização da floresta, assim como a divulgação das sessões de esclarecimento a realizar.

A implementação desta medida reveste-se de grande importância pois além de complementar todas as outras acções, atinge um elevado número de população durante

os meses em que o risco de incêndio é mais elevado, além de abranger a região Norte e não apenas o concelho.

- Publicidade num Jornal Local contendo informações genéricas sobre uma boa utilização da floresta e os números de emergência. Pretende-se realizar esta acção durante os meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro, pois são meses geralmente relacionados com as férias e que atendendo às suas condições climatéricas habituais propiciam as actividades em espaços florestais (caminhadas, piqueniques, etc.).

Pretende-se publicitar estas informações de dois em dois dias durante os quatro meses, num espaço de 1/4 de página.

Tabela 6 – Sensibilização/Orçamento e responsáveis

Acção	Metas	2007		2008		2009		2010		2011	
		Orç.	Resp.	Orç.	Resp.	Orç.	Resp.	Orç.	Resp.	Orç.	Resp.
Educar e sensibilizar a população	Desenvolver programas ao nível local dirigidos a grupos específicos da população: Rural, escolar e geral	50.000€	CMDFCI	50.000€	CMDFCI	50.000 €	CMDFCI	50.000€	CMDFCI	50.000€	CMDFCI

B2) Fiscalização

Em sede de CMDFCI não foram definidos os parâmetros operacionais para a fiscalização. No entanto, a actuação das entidades com atribuições na área da fiscalização actuarão no terreno de forma concertada.

C) 3.º Eixo Estratégico – Melhoria da eficácia do ataque e da gestão de incêndios

A organização de um dispositivo que preveja a mobilização preventiva de meios deve ter em conta a disponibilidade dos recursos, por forma a garantir a detecção e extinção rápidas dos incêndios, antes que eles assumam grandes proporções, sobretudo tendo em conta que esse desafio poderá ser agravado pelos ciclos climáticos.

A definição prévia de canais de comunicação, formas de actuação, levantamento das responsabilidades e competências das várias forças e entidades presentes, irá contribuir para uma melhor e mais eficaz resposta de todos à questão dos incêndios florestais.

A caracterização climática, a análise do histórico dos incêndios, a causalidade dos incêndios e a informação recolhida acerca da rede regional de defesa da floresta contra incêndios serviram de apoio à decisão na definição das metas e indicadores constantes neste eixo estratégico.

Objectivo estratégico: **Articulação dos sistemas de vigilância e detecção com os meios de 1.ª intervenção**

- Reforço da capacidade de 1.ª intervenção
- Reforço do ataque ampliado
- Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós incêndio

Objectivos estruturais: **- Estruturar e gerir a vigilância e a detecção como um sistema integrado**

- Estruturar o nível municipal e distrital de 1.ª intervenção
- Reforçar a eficácia do combate terrestre ao nível municipal e distrital
- Garantir a correcta e eficaz execução do rescaldo
- Garantir a correcta e eficaz execução da vigilância pós-rescaldo.

C1. ORGANIZAÇÃO DO DISPOSITIVO DE DFCI

C.1.1 – Listagem das entidades envolvidas em cada acção

Tabela 7 – Listagem das entidades envolvidas em cada acção

Acção	Entidade		Identificação da Equipa	Área de actuação (Sector territorial)	Recursos Humanos (n.º)	Período de actuação
Vigilância e detecção	Corporação de Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso		CBVPL	Concelho	5	Maio, Junho, Julho, Agosto e Setembro
					5	Julho, Agosto e Setembro
	Afocelca				4	Junho, Julho, Agosto e Setembro
	GNR	SEPNA	SEPNA	Concelho	6	Todo o ano
Primeira Intervenção	Corporação de Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso		CBVPL	Concelho	5	Maio, Junho, Julho, Agosto e Setembro
					10	Julho, Agosto e Setembro
	Afocelca				4	Julho, Agosto, e Setembro
Combate	Corporação de Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso		CBVPL	Concelho	40	Todo o ano
Rescaldo	Corporação de Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso		CBVPL		15	Junho, Julho, Agosto e Setembro
	Afocelca				4	Julho, Agosto, e Setembro
Vigilância pós-incêndio	Corporação de Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso		CBVPL		5	Maio, Junho, Julho, Agosto e Setembro
	Afocelca				4	Julho, Agosto, e Setembro

Tabela 8 – Inventário de Equipamentos de Sapador por Equipa

Acção	Entidade	Identificação da Equipa	N.º	Viatura	Equipamento hidráulico de supressão		Ferramentas de sapador	
					N.º	Tipo (Kit-K, mangueiras_M agulhetas-A)	N.º	Tipo
Vigilância e Detecção	Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso	BVPL	VCOT 01	4x4				
			VLCI 01	4x4				Abafadores, pás e ancinhos
			VLCI 03	4x4				Abafadores, pás e ancinhos
	Afocelca			4x4				Abafadores, pás e ancinhos
1.ª Intervenção	Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso	BVPL	VCOT 01	4x4				
			VLCI 01	4x4				
			VLCI 03	4x4				
	Afocelca			4x4				Abafadores, pás e ancinhos
Combate	Bombeiros Voluntários da PL	BVPL	VECI 01	4x2				
			VRCI 02	4x4				Abafadores, pás e ancinhos
			VRCI 03	4x4				Abafadores, pás e ancinhos
			VTTU	4x2				
			VTCG	4x2				
			VTPT 01	4x4				
	Afocelca			4x4				Abafadores, pás e ancinhos

Tabela 10_Quadro Síntese de Dispositivos Operacionais DFCI – Funções e Responsabilidades

		Informação e Educação	Patrulhamento e Fiscalização	Vigilância	1. ^a Intervenção	Combate	Rescaldo	Vigilância Pós-Rescaldo	Despistagens das Causas
Corporações de Bombeiros									
Equipas/Brigadas de Sapadores Florestais									
Equipas DFCI – DGRF									
Equipas AGRIS 3.4									
Voluntariado Jovem									
GNR	SEPNA								
	GIPS								
Forças Armadas									
ICN									
AFOCELCA									
Polícia Judiciária									

LEGENDA:

Não tem qualquer responsabilidade



Da responsabilidade da entidade

C.2 – Dispositivos Operacionais DFCI

C.2.1 – Esquema de comunicações dos alertas laranja e amarelo do Concelho da Póvoa de Lanhoso

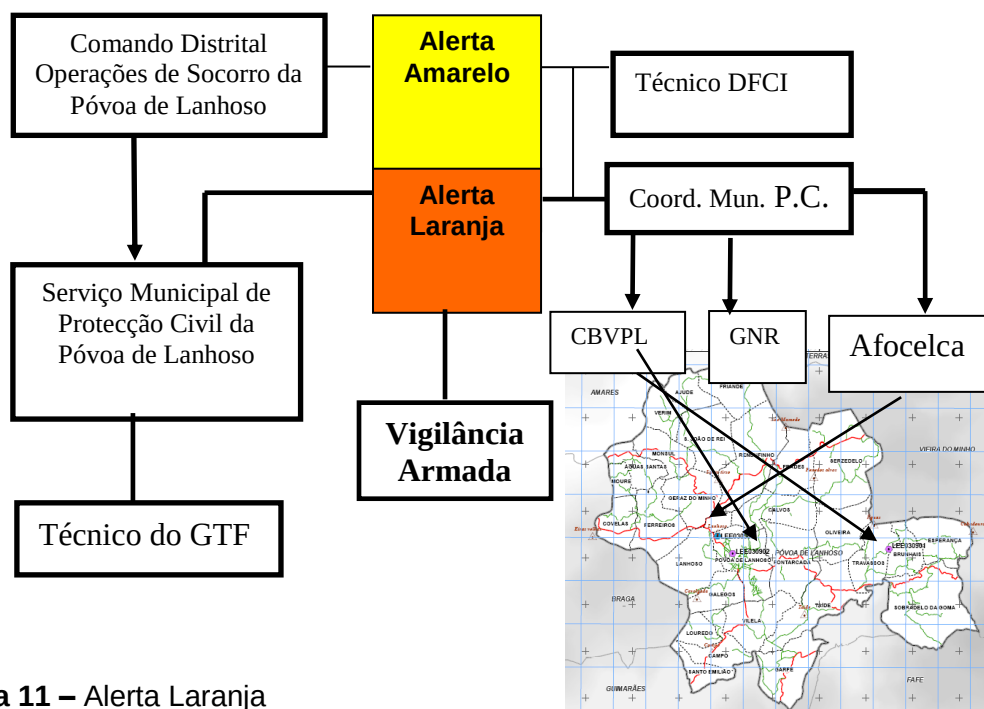


Tabela 11 – Alerta Laranja

Procedimentos de actuação		Actividades	Horário	Nº mínimo de elementos	Locais de Posicionamento (LEE)
Entidades					
Corporação de Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso		Vigilância e detecção	24 h	5	LEE 030901/ LEE 030902
		1ª Intervenção	24 h	5	
		Combate	24 h	5	
		Rescaldo	24 h	5	
		Vigilância pós-incêndio	24 h	5	
Programa Voluntariado para a Floresta		Vigilância e detecção	09:00 - 20:00	10	
GNR	SEPNA	Vigilância e detecção	24 h	2	
Afocelca		Vigilância e detecção	12 h	4	LEE 030903
		1ª Intervenção	12 h	4	
		Combate	12 h	4	
		Rescaldo	12 h	4	
		Vigilância pós-incêndio	12 h	4	

Tabela 12 - Alerta Amarelo

Procedimentos de actuação		Actividades	Horário	Nº minimo de elementos	Locais de Posicionamento (LEE)
Entidades					
Corporação de Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso		Vigilância e detecção	24 h	5	LEE 030901/ LEE 030902
		1ª Intervenção	24 h	5	
		Combate	24 h	5	
		Rescaldo	24 h	5	
		Vigilância pós-incêndio	24 h	5	
Programa Voluntariado para a Floresta		Vigilância e detecção	09:00 - 20:00	10	
GNR	SEPNA	Vigilância e detecção	24 h	6	
Afocelca		Vigilância e detecção	12 h	4	LEE 030903
		1ª Intervenção	12 h	4	
		Combate	24 h	4	
		Rescaldo	12 h	4	
		Vigilância pós-incêndio	12 h	4	

C.3 – Sectores Territoriais DFCI e Locais Estratégicos de Estacionamento (LEE)

O zonamento do território em sectores de DFCI constitui uma medida fundamental com vista à adequada planificação e execução das acções de vigilância, detecção e de primeira intervenção, pretendendo otimizar a contribuição de todos os agentes para os sistemas local e regional de DFCI. No entanto, e considerando os recursos humanos e materiais disponíveis no concelho da Póvoa de Lanhoso, assim como o equipamento disponível, não é viável dividir o território em sectores de DFCI.

Visando uma organização eficiente do esforço de vigilância, ao integrar as diferentes entidades com responsabilidade nesta vertente, identificaram-se e locais estratégicos de estacionamento, para uma rápida primeira intervenção e seu alerta rápido em caso de ignição.

Conforme se pode observar nas cartas n.º 13, em anexo, foram definidos 3 Locais Estratégicos de Estacionamento (LEE).

Tabela 13 – Locais Estratégicos de Estacionamento no concelho da Póvoa de Lanhoso

Entidade	LEE/Freguesia	Código_LEE
Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso BVPL	Quartel dos BVPL /Póvoa de Lanhoso	LEE 030901
	Parque de Merendas de Leiradela/Travassos	LEE030902
Afocelca	Castelo de Lanhoso/Póvoa de Lanhoso	LEE030903

C.4 – Vigilância e Detecção

C.4.1 Rede de Postos de Vigia e Bacias de Visibilidade

Os postos de vigia considerados, tendo em conta a bacia de visão, assim como as suas características gerais são apresentados na seguinte tabela:

Indicativo	Classificação (REDE)	Designação	Concelho	Freguesia	Local	Carta Militar	Coordenadas (x, y – Gauss Militar)
29-02	Secundário	S. Mamede	Póvoa de Lanhoso	Frades	S. Mamede	57	190559 517632
0-82	Secundário	Pedra Bela	Terras de Bouro	Vilar da Veiga	Pedra Bela	43	198452 527341
26-03	Secundário	Sta Marinha	Fafe	Freitas	Sta Marinha	71	192354 503758
29-04	Secundário	Sta Marta	Braga	Morreira	Falperra	70	178162 505052
29-01	Primário	Cabreira	Vieira do Minho	Ruivães	Cabreira	58	207477 518828
28-03	Secundário	Oural	Vila Verde	Codeceda	Oural	42	172847 528904

Tabela 14 – Postos de Vigia com visibilidade para a Póvoa de Lanhoso. (Fonte: DGRF)

O concelho da Póvoa de Lanhoso não possui nenhum posto de vigia primário sediado no seu território, contudo é abrangido na sua área de visão pelo posto de vigia de Serra da Cabreira (Vieira do Minho) classificado como posto de vigia primário.

No entanto e considerando as bacias de visão dos postos de vigia dos concelhos vizinhos e para ter uma perspectiva da visibilidade de cada um, procedeu-se à Carta de Visibilidades dos Postos de Vigia (Carta n.º 14, em anexo), nas quais resulta que a maior área não visível se situa na parte norte do concelho, que inclui as freguesias de Ajude e Friande.

Rede Secundária de Vigilância Fixa

O concelho da Póvoa de Lanhoso tem apenas um posto de vigia situado na freguesia de Frades – S. Mamede – situado a uma altitude de 743 metros. Nos concelhos

vizinhos e com bacia de visão o concelho da Póvoa de Lanhoso existe os seguintes postos incluídos na rede secundária de vigilância fixa: Pedra Bela, Sta Marinha, Sta Marta e Oural.

C.4.1.1 Programa de Voluntariado Jovem para a Floresta

A Câmara Municipal apresentou no Instituto Português da Juventude um projecto para o município inserido no programa de Vigilância Móvel para as Florestas para o período de 01 de Julho a 30 de Setembro, pelo que se preconizou a constituição de quatro pontos estratégicos de vigilância considerando a bacia de visão dos postos de vigia que têm como área de visão o concelho da Póvoa de Lanhoso e a localização estratégica em termos de visibilidade e detecção, com vista a uma rápida 1.ª intervenção das entidades envolvidas no combate. Além das acções de vigilância os jovens terão uma função importante no sentido de dissuadir comportamentos e situações ilícitas, assim como a identificação de veículos e pessoas com comportamentos suspeitos.

O objectivo nuclear é a vigilância dos espaços florestais adstritos a cada equipa (presença física) fazendo a detecção e o alerta o mais rapidamente possível. Estas equipas, coordenadas ao nível municipal pelo gabinete técnico florestal, são constituídas por 10 elementos por turno (2/4 elementos/ponto de vigia) equipados com equipamento específico, nomeadamente binóculos, bússolas e cartas militares, e devidamente identificados por uma t-shirt, boné e cartão de identificação. O período de funcionamento, incluindo fins-de-semana e feriados, divide-se em dois turnos diários:

1.º Turno: 9:00 h às 14:30 h

2.º Turno: 14:30 h às 20:00 h.

As equipas de vigilância vão distribuir-se pelas seguintes localizações:

Ponto 1 – Castelo de Lanhoso (Freguesia de Póvoa de Lanhoso) – 2 elementos;

Ponto 2 – Baldio de Oliveira (Freguesia de Oliveira) – 4 elementos;

Ponto 3 – Serra do Carvalho (Freguesia de Lanhoso) – 2 elementos;

Ponto 4 – Vilarinho de Cima (Freguesia de Sobradelo da Goma) – 2 elementos.

Em caso de incêndio estas equipas fazem o contacto imediato com o CDOS através do número 112/117 e de seguida entram em contacto com o GTF que por sua vez contacta a corporação dos bombeiros voluntários do concelho.

C.4.2 Vigilância Móvel

A vigilância móvel tem como principal objectivo a vigilância e a detecção imediata de focos de incêndio nascentes.

O objectivo principal da articulação a este nível é atingir uma situação de maximizar a área concelhia que se mantém sob vigilância, e em que todos os intervenientes tenham um conhecimento global da estratégia e procedimentos a seguir.

As equipas de combate a incêndios florestais (ECIN's) dos Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso não fazem vigilância. Embora efectuem alguns percursos é de forma bastante irregular, já que só o fazem se não existir nenhum incêndio para combater, quer no concelho, quer nos concelhos vizinhos se for solicitado apoio para o combate. Habitualmente estas equipas encontram-se no quartel dos bombeiros, ou saem em situações de combate, rescaldo ou vigilância pós-incêndio, ver carta n.º 15, em anexo.

Quando faz vigilância é feita nas freguesias de Oliveira, S. João de Rei, Sobradelo da Goma e Lanhoso.

5.5 Primeira Intervenção

A 1ª intervenção é assegurada pela Corporação dos Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso e pela equipa da Afocelca, ver carta n.º 16 em anexo.

5.6 Combate, Rescaldo e Vigilância Pós – Incêndio

O concelho da Póvoa de Lanhoso possui uma corporação de bombeiros voluntários, pelo que são a entidade que assegura o combate. O rescaldo e vigilância pós – incêndio são acções asseguradas pelos bombeiros e pela equipa da Afocelca, ver carta n.º 17, em anexo.

5.7 Apoio ao Combate

A carta n.º 18, (anexo), agrega as infra-estruturas para o apoio ao combate no concelho. Estão assim representadas a rede viária operacional, os pontos de água operacionais apoiar no combate aos incêndios e as áreas ardidas nos últimos três anos.

Convém referir que dependendo do resultado da candidatura para a criação de uma equipa de sapadores florestais, que mereceu o parecer positivo da CMDCFI, a sua actuação irá ser considerado nos parâmetros constantes neste eixo estratégico.

Acção	Metas	Unidades	Indicadores				
			2008	2009	2010	2011	2012
Assumir a responsabilidade pela coordenação das acções de prevenção, relativa à vertente vigilância, detecção e fiscalização, privilegiando a comunicação de cariz municipal.	Reduzir o nº de ocorrências	Nº de ocorrências (%)	5	10	15	20	25
	Reduzir a área ardida	(%)	5	10	15	20	25
	Integrar as ECIN's dos corpos de Bombeiros nas acções de vigilância e detecção.	ECIN's	2	2	2	2	2
	Criação e integração de permanentes	EPI	1	0	0	0	0
	Integrar anualmente, em sede de CMDFCI, os diferentes intervenientes que efectuem vigilância e 1ª Intervenção no Município.	Reuniões de Trabalho	1	1	1	1	1
Implementar ao nível municipal em sede de CMDFCI medidas que levem as populações, através das	Definir no primeiro trimestre as medidas de protecção colectiva a integrar no sistema de vigilância e detecção municipal e distrital.	Reunião de Trabalho	5	5	5	5	5

juntas de freguesia (ou outras organizações) a aderir a projectos comuns e protecção colectiva.	Formar as populações através de acções de sensibilização e dotar as juntas de freguesia dos meios necessários para a auto-protecção das populações.	Freguesias	10	10	9		
Acompanhar, permanentemente, em sede própria os resultados das acções de detecção ao nível municipal, distrital e nacional.	Participar com o SEPNA, DGRF e o CMOEPC na planificação (1º trimestre) e revisão anual (4º trimestre) do projecto municipal de protecção colectiva.	Reunião de Trabalho	2	2	2	2	2
	Elaboração e actualização do POM, no segundo trimestre.	Reunião de Trabalho	2	2	2	2	2
Balancear o accionamento de elementos de reforço (humanos e materiais) municipais ou atribuídos.	Juntar os diferentes intervenientes numa acção conjunta.	Simulacros	1	1	1	1	1
Incentivar a utilização dos vários métodos e técnica de extinção e rescaldo.	Formação profissional em técnicas de extinção e rescaldo utilizando material sapador.	Acções de Formação	2	2	2	2	2
Reforçar o diapositivo material de combate das corporações de Bombeiros	Aquisição de material de protecção individual.	Kit de protecção individual	50	50		0	0

Dotar de conhecimentos básicos de condução em todo-o-terreno em segurança.	Formação profissional em condução e todo-o-terreno.	Acções de Formação	2	2	2	2	2
--	---	--------------------	---	---	---	---	---

D) 4º Eixo Estratégico – Recuperar e reabilitar os ecossistemas**Objectivo estratégico:** Recuperar e reabilitar os ecossistemas**Objectivos operacionais:** Avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo.

A recuperação das áreas ardidas é fundamental para a renovação do sector florestal do município, permitindo um planeamento e ordenamento florestal adequado à região bem como mais resistente ao fogo, ou pelo menos, com maior capacidade de resiliência caso este ocorra.

Por outro lado, a ocorrência de um incêndio florestal e as consequentes medidas de planeamento e ordenamento florestal poderão passar pela alteração do uso do solo e, eventualmente, pela opção de não intervenção ou projectando outro tipo de usos que não a floresta, conforme referenciado no PROF da região do Baixo Minho (Novembro de 2006).

As áreas ardidas são áreas susceptíveis, com fortes problemas de erosão e propícias à invasão de espécies exóticas. Neste sentido dever-se-á conduzir um programa específico dirigido à recuperação de áreas, aplicando as orientações estratégicas do Conselho Nacional de Reflorestação, dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal e as recomendações técnicas do Centro PHONIX do Instituto Florestal Europeu, para evitar a degradação de recursos e infra-estruturas.

Na recuperação dessas áreas deverá garantir-se a utilização de espécies autóctones, com o objectivo de valorizar a produção lenhosa, obtendo madeira de qualidade nobre, aumentando os rendimentos e garantindo maior capacidade de resiliência aos incêndios florestais.

As acções preconizadas para a recuperação e reabilitação dos ecossistemas do concelho da Póvoa de Lanhoso passam essencialmente por 3 acções específicas, designadamente:

1) Avaliação das necessidades potenciais de acções de emergência e de reabilitação para evitar a degradação de recursos e infra-estruturas a curto e médio

prazos. Estas acções deverão ser direccionadas para as áreas próximas de linhas de água e linhas de cumeada com declives acentuados, com o objectivo de conservação do solo e da água. As áreas nas quais se identificam manchas ou bosquetes com espécies autóctones ou que protejam habitat's deverão ter uma rápida intervenção.

Em coordenação com o serviço municipal de protecção civil, após os incêndios deverá ser feita a análise e levantamento de arvoredo danificado que represente risco para a segurança de pessoas e bens para se proceder à sua recolha, assim como proceder à protecção fitossanitária dos povoamentos florestais.

2) Avaliação da capacidade de recuperação do território municipal em caso de incêndio, potenciando a regeneração natural dos povoamentos e controlando o aparecimento de espécies invasoras, como sejam a acácia e o eucalipto. Num outro segmento é necessária a protecção dos patrimónios edificado e arqueológico de maior valor, já que é comum localizar-se e criar sinergias com os espaços florestais envolventes.

3) A recuperação das áreas ardidas deverá seguir um plano municipal de áreas ardidas, tendo como base a caracterização do concelho e fomentando no concelho a adopção de obras de engenharia natural ou biofísica, permitindo uma eficaz intervenção no território sem os impactes ambientais negativos. Neste segmento de actuação a colaboração entre entidades e instituições deverá ser potenciada, nomeadamente associações de desenvolvimento e estabelecimentos de ensino (escolas secundárias e universidades).

E) 5º Eixo Estratégico – Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz

Objectivo estratégico: Operacionalizar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Objectivo Operacional: Fomentar as operações de DFCI e garantir o necessário apoio técnico e logística.

Os quatros eixos referidos anteriormente culminam neste eixo estratégico. As acções preconizadas anteriormente apenas serão possíveis aquando da integração dos esforços das múltiplas instituições e agentes envolvidos na defesa da floresta contra incêndios. Para tal, é necessário o trabalho em equipa assim como uma coordenada e regular avaliação das suas acções.

O Decreto-Lei 124/2006 de 28 de Junho estabelece a atribuição de responsabilidades no âmbito de DFCI, à Direcção Geral dos Recursos Florestais, à Guarda Nacional Republicana e ao Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, pelo eu obriga a uma organização interna das entidades de forma a satisfazer, com um elevado nível de resposta, o cumprimento das missões que lhe estão atribuídas.

Numa escala municipal, é a CMDFCI que assume o elo de ligação das várias entidades, e converge no PMDFCI a orientação das diferentes acções, adequadas às políticas e orientações específicas de DFCI.

Torna-se fundamental implementar uma adequada cultura logística suportada por uma estrutura integrada e sustentada ao nível nacional, distrital e municipal, disponibilizando a informação existente de forma expedita entre as diversas entidades de DFCI.

Anualmente, a CMDFCI devem assentar a sua actividade de vigilância, detecção, fiscalização, 1ª Intervenção e combate, em planos expeditos de carácter operacional municipal (POM) mobilizando e tirando partido de todos agentes na área de influência municipal.

Em sede de POM a coordenação de todas as operações e forças, de socorro, emergência e assistência deverão apoiar os órgãos, as operações de socorro, emergência e assistência do SMOEPC.

De acordo com a Portaria n.º 139/2006, o PMDCI tem um prazo de 5 anos sendo a sua actualização anual. Para tal, a CMDFCI reunirá semestralmente, para proceder à análise e avaliação dos resultados obtidos de acordo com as metas estabelecidas, por eixo estratégico, assim como à adequação de planos de actividade internos próprios das instituições.

Em termos de procedimentos anuais de estratégia, será anualmente, até à data limite de 15 de Abril aprovado o Plano Municipal Operacional (POM), constituindo várias componentes do 3.º Eixo Estratégico do PMDCI.

O processo de monitorização do PMDCI deverá anualmente ser realizado por cada entidade que constitui a CMDFCI, através da elaboração de um relatório anual de avaliação e recomendações de melhoria, designadamente:

Entidade	Acção Desenvolvida	Recomendações/Melhorias	Custos
Observações:			

ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS	1
2. Análise do risco, da vulnerabilidade aos incêndios e da zonagem do território.....	4
2.1 Carta dos combustíveis florestais	4
2.2 Cartografia de Risco	6
2.3 Mapa de Prioridades de Defesa	7
3. Eixos Estratégicos	10
A) 1º Eixo Estratégico: Aumento da Resiliência do território aos incêndios florestais	11
A2) Rede Viária Florestal	17
A3) Rede de Pontos de Água	22
A4) carta com área sujeitas a silvicultura preventiva para 2007-2011	22
A5) Construção e manutenção da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios (RDFCI)	23
A6) Intervenções preconizadas nos programas de acção	24
A7) Rede regional de defesa da floresta contra incêndios.....	24
B) 2º Eixo Estratégico – Redução da incidência dos incêndios.....	28
B1) Sensibilização	28
B2) Fiscalização	38
C) 3.º Eixo Estratégico – Melhoria da eficácia do ataque e da gestão de incêndios	39
C1. ORGANIZAÇÃO DO DISPOSITIVO DE DFCI	40
C.2 – Dispositivos Operacionais DFCI.....	44
C.2.1 – Esquema de comunicações dos alertas laranja e amarelo do Concelho da Póvoa de Lanhoso	44
C.3 – Sectores Territoriais DFCI e Locais Estratégicos de Estacionamento (LEE).....	47
C.4 – Vigilância e Detecção	48
C.4.1 Rede de Postos de Vigia e Bacias de Visibilidade	48
D) 4º Eixo Estratégico – Recuperar e reabilitar os ecossistemas	55
E) 5º Eixo Estratégico – Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz	57